

VACINAÇÃO DETERMINA TEMPO DE RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA



■ A forma como a situação sanitária irá evoluir nos próximos meses será determinante para aferir o ritmo a que se processará a recuperação da economia. A vacinação e o consequente maior controlo da pandemia causada pela covid-19 serão fundamentais para o ritmo da retoma esperada e é destes fatores que também está dependente o comportamento, ao longo de 2021, do setor da assessoria jurídica vocacionado para as empresas.

As perspetivas de retoma em 2021 são ainda tímidas e afetam alguns dos setores que, até recentemente, eram as forças motrizes da economia portuguesa, a começar pelo turismo, defendem 'players' do mercado da advocacia societária. Logo, embora pareça que existe uma luz ao fundo do túnel, será preciso

esperar para confirmar que o mundo passou a controlar este vírus. Sendo de esperar o início da retoma ainda este ano, as organizações internacionais, como a OCDE, admitem que só no próximo ano se poderá esperar em Portugal uma real recuperação da trajetória seguida até ao período antes do aparecimento dos primeiros casos de covid-19 no nosso país.

Esta pandemia teve um impacto significativo na economia portuguesa, mas também colocou a descoberto a necessidade de aceleração de algumas alterações profundas nas empresas. Por essa razão, há uma perspetiva de um 2021 a dois tempos: Será certamente um ano de recuperação, mas também de transição para uma economia mais sustentável, mais tecnológica e mais responsável socialmente.

Numa perspetiva mais benigna, a chamada bazuca europeia, com os cerca de 14 mil milhões de euros a fundo perdido que chegarão de Bruxelas, é vista como um precioso auxílio ao arranque da retoma, pese embora as críticas que as associações patronais têm feito ao Plano de Recuperação e Resiliência, sobretudo por estar muito direcionado para o investimento na melhoria de funcionamento dos serviços públicos.

E ao nível dos serviços jurídicos, que áreas de trabalho estarão ativas durante este ano? Mais consolidações de empresas, como forma de fazer face à difícil situação em que se encontram, bem como venda de ativos são duas realidades que vão dar que fazer aos advogados ao longo de 2021. A atividade de venda do chamado crédito malparado e a gestão de reestruturações e insolvências são algumas das operações que vão marcar o ano e, previsivelmente, também 2022.

O aumento da assessoria em áreas como o direito do trabalho é expectável, assim como o crescimento de serviço jurídico relacionado com contencioso e arbitragem, relacionado com o incumprimento contratual, nomeadamente relacionado com o fim das moratórias de crédito bancárias.

Na área do imobiliário existe alguma incerteza. No entanto, para este ano, e por se tratar de um período de maior volatilidade, os 'players' especializados nesta área admitem que a expectativa é a de que se mantenha a tendência de aumento do peso relativo do imobiliário, enquanto investimento alternativo.

Existe aliás a perspetiva de que o interesse de investidores estrangeiros por ativos portugueses se mantenha e seja até crescente no quadro de uma conjuntura progressivamente mais favorável, sendo ainda expectável um aumento da atividade na área de fusões e aquisições, da componente regulatória e do direito público, designadamente em áreas como a energia e as infraestruturas. ■